

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, CONFLITO DE INTERESSES E VERACIDADE

À
COMISSÃO DE COMPRAS E AVALIAÇÃO

VERTEX – INSTITUTO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ref.: Edital de Cotação Pública Simplificada nº 01/2026 – Galpão em Concreto Pré-moldado

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) **[Nome do Representante Legal]**, inscrito(a) no CPF sob o nº **[Número do CPF]**, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

1. Tomou conhecimento do Edital, de seus Anexos e do projeto arquitetônico do galpão, aceitando integralmente suas condições;
2. Atende plenamente a todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e de qualificação técnica definidos no Edital e no Termo de Referência;
3. Responderá administrativa, civil e penalmente pela autenticidade e veracidade de todas as informações e documentos apresentados no formulário eletrônico de inscrição;
4. Está ciente da obrigatoriedade de declarar formalmente a ocorrência de quaisquer fatos impeditivos supervenientes à habilitação ou à contratação;
5. Inexiste qualquer vínculo de parentesco (consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau civil), sociedade ou subordinação entre seus dirigentes, administradores, responsáveis técnicos ou sócios e os dirigentes, conselheiros, empregados ou membros da Comissão do VERTEX – Instituto de Tecnologia e Inovação, restando assegurada a plena impessoalidade do procedimento;
6. Não está suspensa ou impedida de contratar com a Administração Pública ou com o VERTEX, e não consta do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) nem do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
7. Não se encontra em processo de dissolução, liquidação, falência ou recuperação judicial;
8. Não é autora, nem vinculada aos autores, do projeto arquitetônico ou do orçamento de referência deste procedimento;
9. Seus sócios, administradores e responsável técnico não foram condenados por crime contra a administração pública ou o patrimônio público, por crime eleitoral punível com pena privativa de liberdade, ou por crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores (art. 45, § 7º, do Decreto nº 9.283/2018);

10. Não mantém acordo, ajuste ou combinação com outras proponentes para fixar preços ou frustrar o caráter competitivo deste procedimento.

[Local], [data].

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE]

Cargo/Função: [●]

CPF: [●]